



**Propostas para
esperançar a
nossa Belo
Horizonte**

Plano de governo



Plano de governo





Plano de governo

Apresentamos as diretrizes iniciais para a construção coletiva de nosso Programa **BH da Esperança**, focadas em transformações necessárias para conduzir nossa Belo Horizonte a um **futuro mais justo, solidário, sustentável, soberano e criativo para todos** que aqui vivem.

As diretrizes e propostas aqui registradas são a síntese de um **processo colaborativo** iniciado nos partidos que se uniram nesse projeto e aprofundado em diversos grupos de trabalho que se reuniram a partir de junho de 2024, com **contribuições de mais de 200 pessoas** entre militantes de movimentos sociais, profissionais da administração pública, empresários, professores, pesquisadores e outros, com ou sem vinculação partidária, comprometidos com o ideal de construção de uma **cidade socialmente inclusiva, ambientalmente sustentável e economicamente dinâmica**, que volte a ser **referência de boas práticas no cenário nacional e internacional**.

Este conjunto ora apresentado estará aberto a contribuições durante o período da campanha eleitoral para posteriormente subsidiar políticas, programas e ações de nosso governo.

Rogério Lorenzi

Sumário

Gestão Democrática	5
Assistência Social e Política de Cuidados	7
Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	11
Políticas para Mulheres	14
Políticas para populações LGBTQIAPN+	17
Políticas para as juventudes	19
Políticas de igualdade racial	22
Esportes e Lazer	25
Política Cultural	27
Saúde	31
Direitos animais	36
Educação	39
Política urbana e habitação	43
Políticas ambientais	47
Saneamento	51
Mobilidade Urbana e transporte coletivo	55
Desenvolvimento econômico e tecnológico	59
Segurança Pública Cidadã	63
Ficha técnica	66



**Gestão
democrática**

1

Gestão democrática

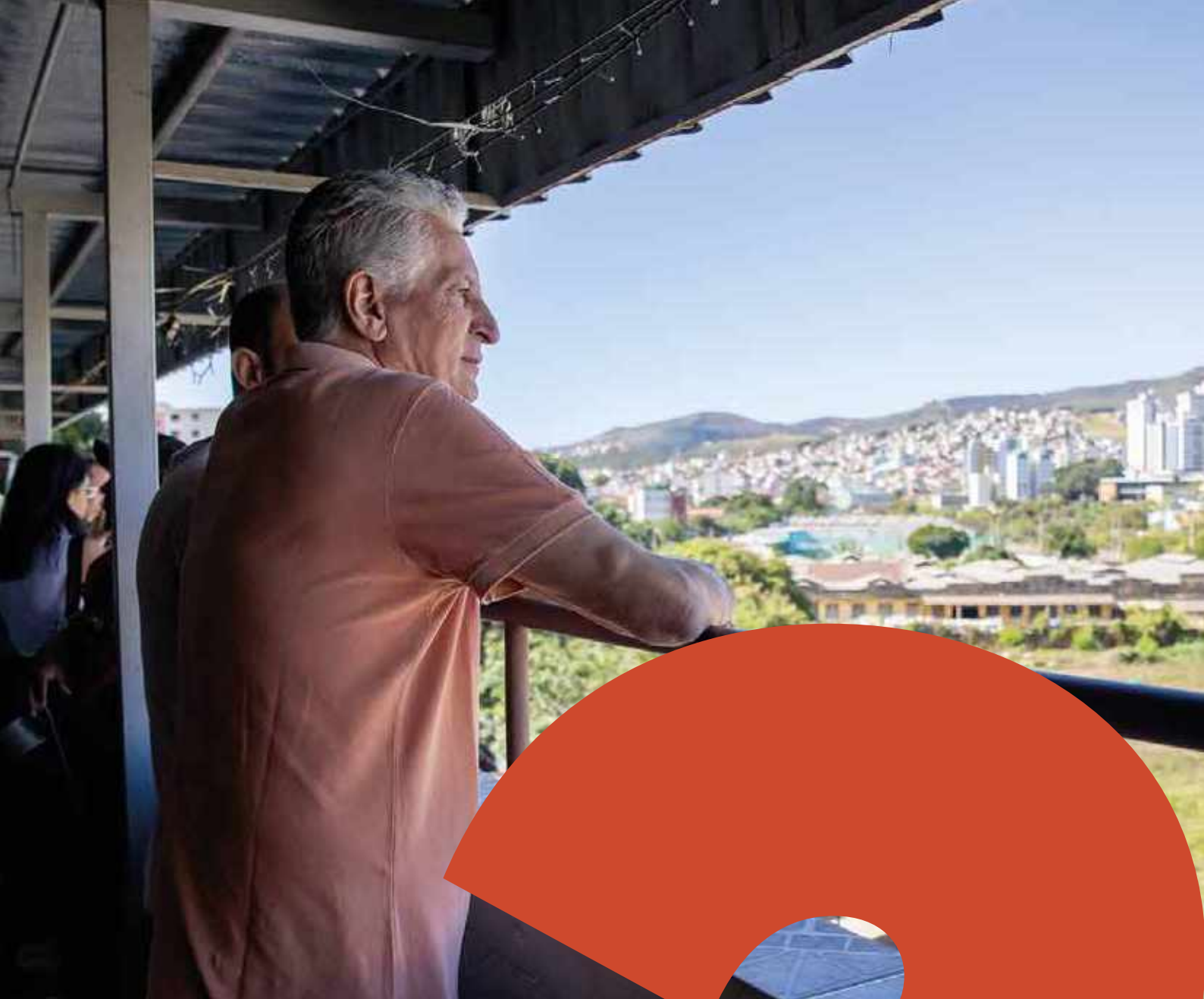
Nos governos de Patrus, Célio de Castro e Fernando Pimentel, BH construiu e acumulou experiências de uma gestão republicana, participativa e inovadora. Assim, o compromisso fundamental deste programa é o de retomar e aprofundar, em uma posição pioneira e de vanguarda, as dimensões republicanas, participativas e inovadoras da gestão de uma metrópole. Nesta perspectiva, propomos:

Democratizar a gestão da cidade, incluindo a reestruturação e o **fortalecimento das Administrações Regionais**, o restabelecimento das instâncias de participação descontinuadas e do **Orçamento Participativo** e o fortalecimento dos Conselhos Municipais.

Instituir o **Conselho da Cidade**, com a participação ampla de entidades representativas dos setores empresariais, de instituições de ensino e pesquisa, de associações profissionais, organizações sociais e movimentos sociais, com caráter consultivo, para discutir questões estratégicas da nossa capital.

Instituir **mesa permanente de negociação** e contrato coletivo de trabalho anual para todos os servidores da PBH.

Implementar uma **Política de Comunicação e Informação** transversal a todas as secretarias e órgãos da Administração Municipal, focada na transparência e com o objetivo de facilitar o acompanhamento das políticas públicas e fomentar o debate público e o engajamento da população.



Assistência Social e Política de Cuidados



Assistência Social e Política de Cuidados

Apesar dos avanços econômicos e sociais registrados nas últimas décadas, a miséria, a pobreza e a fome permanecem como uma triste realidade nacional. Diante disso, propomos em Belo Horizonte:

Instituir o **Programa de Transferência de Renda Municipal – Renda BH** para famílias que requerem mais proteção social e cuidado, como:

- pessoas idosas entre 60 e 64 anos que não contam com o BPC;
- pessoas com deficiência ;
- famílias monoparentais chefiadas por mulheres, em situação de extrema pobreza;
- mulheres em situação de violência doméstica;
- mães de crianças até 4 meses que não usufruam do direito à licença maternidade remunerada (Bolsa Neném);
- adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida ou Prestação de Serviços à Comunidade.

Ampliar a rede de equipamentos e serviços de Assistência Social, especialmente os CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social e Centro Pop – Centro de Referência da População de Rua a fim de aumentar a cobertura nos territórios mais vulneráveis.

Valorização dos trabalhadores do SUAS, garantindo

estabilidade, salário digno, carreira, formações continuadas e dimensionamento da equipe, conforme as normativas federais e demandas locais, fortalecendo a continuidade e qualidade das ofertas socioassistenciais.

Avaliar e monitorar as ações realizadas via Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, garantindo o princípio constitucional de um **Estado laico** e protetivo para combater o conservadorismo histórico presente na política de assistência social e **instituir uma política dimensionada pelos marcadores sociais de gênero, raça/etnia e classe, comprometida com a transformação social e construção de autonomia dos sujeitos.**

Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social e os **Fóruns de trabalhadores e usuários da Assistência Social.**

Instituir uma política de comunicação ampla sobre os direitos da Assistência Social de forma a facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços, benefícios e programas, com vistas à prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais

Estabelecer uma política de cuidados compreendendo um conjunto de ações voltadas tanto para as pessoas que necessitam serem cuidadas (crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência) quanto as pessoas que cuidam. Algumas das ações envolvidas:

- **criar locais de acolhida e cuidados** em período noturno e fins de semana para filhos de pais que trabalham nesses períodos;
- ampliar alternativas para cuidados relativos a **saúde mental**;
- disponibilizar espaços para oferta de atividades de **cultura, esporte e lazer.**

Instituir pelo menos um Centro-Dia em cada regional, para apoio à população idosa e a seus familiares.

Instituir o Programa **"Territórios da Cidadania"**, identificando territórios específicos da cidade com maiores índices de vulnerabilidade social e urbana onde serão desenvolvidos **planos específicos de atuação articulada** pelos diversos setores da Administração Municipal para transformação social, econômica e ambiental das pessoas que ali vivem.

Implantar o **"Plano Ruas Visíveis – pelo direito ao futuro da população de rua"** lançado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, integrando ações de assistência social, segurança alimentar, saúde, habitação, trabalho e renda, educação, cultura e de combate à violência institucional; incorporar o programa **"Moradia Primeiro"**.

Apoiar com assistência técnica, gerencial e financeira as iniciativas de empreendimentos econômicos familiares e associativos liderados por mulheres e jovens, de forma articulada com as políticas de proteção social, saúde, educação, urbanismo, meio ambiente e cultura

Implantação de banheiros públicos e bebedouros para acesso à água e saneamento e promoção de condições mínimas de **dignidade para população em situação de rua**.

Fortalecer o caráter intersetorial das políticas sociais, considerando o papel fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS na garantia de proteção Social e como um dos pilares da política de Seguridade Social para a população.



Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

3

Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Por serem vitais para o combate à miséria e à fome, os programas de abastecimento e segurança alimentar e nutricional precisam ocupar papel de destaque nas políticas públicas em Belo Horizonte. Entre as nossas propostas, destacam-se:

Transformar BH num território livre da fome, com soberania e segurança alimentar e nutricional para todos.

Apoiar e fomentar a consolidação e ampliação das estratégias comunitárias de segurança alimentar e nutricional, como as cozinhas solidárias e comunitárias, desenvolvidas nos territórios em conjunto com as organizações e movimentos populares.

Ampliar a rede de restaurantes populares para todas as regionais de Belo Horizonte.

Fortalecer e ampliar os programas de apoio e fomento às hortas comunitárias, hortas escolares e demais modalidades de agricultura urbana sustentável.

Articular os sistemas públicos de Saúde, Assistência Social, Educação, Desenvolvimento Urbano, Cultura e Meio Ambiente, por meio de suas respectivas políticas, planos e programas de proteção social para **erradicar a insegurança alimentar grave das famílias em situação de pobreza**.

Priorizar em todas as regionais as comunidades com elevado índice de vulnerabilidade social, tomando em conta o mapa da pobreza-fome baseado no marco conceitual de desertos e pântanos alimentares, definido pela Câmara Intersectorial de SAN (CAISAN).

Apoiar as iniciativas de empreendimentos econômicos familiares e associativos por meio do fortalecimento das suas capacidades institucional para atuar no setor da produção, processamento e comercialização de alimentos saudáveis no interior do sistema municipal de abastecimento alimentar.

Ampliar a capacidade operacional e promover a modernização tecnológica dos equipamentos urbanos de comercialização e distribuição de alimentos que integram a Rede-EPSAN (Mercados Públicos Municipais, Direto da Roça, Feiras Agroecológicas, ABasteCer, Armazém da Roça entre outros) para a PBH cumprir efetivo papel na erradicação da insegurança alimentar grave e na universalização do acesso a alimentos saudáveis para todas e todos em todo o seu território.

Ampliar/massificar a cobertura dos benefícios, bens e serviços as famílias em situação de pobreza e de insegurança alimentar, em estreita agenda de cooperação com os Ministérios do Governo do Presidente Lula, para garantir que BH seja reconhecida como um território livre da fome.

Ampliar a Agenda Pública de Transição Agroecológica (Política, Técnica e Operacional) para **garantir o pleno exercício e protagonismo das organizações econômicas de base agroecológica e economia solidária e movimentos sociais e ambientalistas**, em cooperação com universidades e centros de pesquisa, para impulsionar o processo de transformação e transição ecológica do atual sistema alimentar.



Política para Mulheres



Política para Mulheres

Embora seja a cidade mais feminina de Minas e a 8ª entre as capitais brasileiras, registrando 86,6 homens para cada 100 mulheres, segundo o Censo 2022, Belo Horizonte está longe de garantir direitos plenos e igualdade às mulheres. A violência e o feminicídio são uma triste realidade, bem como a negação de direitos. Diante disso, propomos:

Criar a Secretaria Municipal das Mulheres para formular, coordenar e executar políticas e diretrizes de garantia dos direitos das mulheres; articular e acompanhar, de forma intersetorial e transversal, as políticas para as mulheres junto aos outros órgãos da administração municipal, entidades públicas e privadas e às organizações da sociedade civil;

Implementar o plano "Cidade segura para as mulheres é uma cidade segura para todos", buscando a efetivação da rede de **garantia de direitos da mulher, a prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher, a promoção da educação para a igualdade com equidade** e à **promoção da saúde**, da qualidade de vida e da autonomia econômica para as mulheres.

Ampliar e fortalecer a rede de atendimento e de proteção (inclusive os abrigos) a mulheres vítimas de violência, com orçamento adequado e capacitação das equipes de atendimento.

Instituir programa de incentivo e certificação do cumprimento da lei de igualdade salarial para as empresas da cidade, especialmente para fornecedores da Prefeitura.

Garantir a criação de mecanismos que efetivem a política de paridade de gênero, para os cargos de liderança, na administração municipal.

Viabilizar a oferta de creches noturnas para crianças de até 6 anos.

Combater o assédio no transporte coletivo, a partir da implementação de aplicativos públicos de denúncia e integração com a Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Incrementar no sistema de saúde municipal **políticas contra a violência obstétrica**.

Apoiar e fortalecer as maternidades públicas que estimulam o parto natural e humanizado.



Política para populações LGBTQIAPN+

Um Estado democrático de direito não pode naturalizar práticas sociais e institucionais que criminalizam, estigmatizam e marginalizam as pessoas por motivo de orientação sexual e ou identidade de gênero. Nesta perspectiva, propomos:

Instituir o Conselho da Cidadania LGBT e elaborar e implementar um **Plano Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTQIAPN+**, respeitando as decisões das Conferências Municipais já realizadas em BH.

Elaborar uma linha de cuidados e de protocolos específicos para serviços de assistência social e atendimento em saúde para pessoas trans, intersexo, bissexuais, lésbicas, gays e assexuais.

Promover a formação e qualificação de servidores das áreas de educação e saúde em relação ao atendimento e respeito às necessidades da população LGBTQIAPN+.

Ampliar e estruturar espaços de acolhimento e atenção à população LGBTQIAPN + em situação de risco, principalmente para a juventude que não recebe o acolhimento da própria família.

Criar políticas de capacitação e parcerias com o setor privado para **fomentar o emprego e renda da população LGBTQIAPN+**.



Política de Juventude



Política de Juventude

Representando quase 20% da população de Belo Horizonte, as políticas para as juventudes devem estar no centro das ações da Prefeitura, em estreita sintonia e sinergia com as políticas da Assistência Social e Educação, Cultura e Economia Criativa, entre outras. Para tanto, o Programa BH da Esperança propõe:

Fortalecer a estrutura e o assessoramento técnico do Conselho Municipal de Juventude e do Comitê Gestor do Centro de Referência da Juventude; fortalecer a interlocução com os demais conselhos de direitos.

Estruturar e adequar o CRJ, CRAS, Centros Culturais, entre outros espaços destinados à promoção de cidadania e fortalecimento de vínculos comunitários, com prioridade nas áreas de maior necessidade e vulnerabilidade social, com capacitação de equipes para o atendimento técnico qualificado das juventudes.

Incorporar e considerar as propostas e orientações do Plano Municipal de Prevenção à Letalidade Juvenil, aprovado pelo Conselho Municipal de Juventude após amplo debate social.

Ampliar a política da SMED para o atendimento das juventudes nos territórios com maior vulnerabilidade social, inclusive com a viabilização de espaços para atender turmas de EJA em locais não contemplados por uma escola da rede municipal.

Desenvolver programa voltado para adolescentes que se encontram fora da escola, especialmente a juventude negra e periférica, buscando sua **reinserção escolar**, e garantia de

permanência desses sujeitos na escola, por meio da criação de uma rede **intersectorial de acompanhamento**.

Incentivar a economia solidária e o empreendedorismo social como uma das formas de geração de emprego e renda para as juventudes, garantindo espaços de formação, por meio do fomento de atividades comerciais locais ou regionais e, também, a criação de espaços físicos de trabalho compartilhado e fomento do mercado de tecnologia e startups.

Desenvolver ações articuladas aos projetos e programas intersectoriais (CRAS, CREAS, CRJ, Centros Culturais e demais Centros de Referência), principalmente nos territórios mais vulneráveis, para incentivar a valorização da cultura e história das relações étnico raciais em uma perspectiva não eurocêntrica e também favorecer a implementação da lei 10639/2003 nas matrizes curriculares de cada área do conhecimento na educação básica.

Criar e incentivar mecanismos de qualificação e formação dos(as) profissionais das diversas políticas públicas (educação, cultura, saúde, assistência, segurança pública e outros) **em temas correlatos à juventude**, diversidade religiosa, de gênero, sexual, cultural, étnico– racial e pessoas com deficiência.

Criar mecanismos para estimular a participação das juventudes dos territórios nas Comissões Locais dos Centros Culturais, para definição das atividades e projetos desenvolvidos nos equipamentos públicos de cultura com foco nas juventudes de diferentes vulnerabilidades.

Realizar evento anual regionalizado para as juventudes, que tenha como critério a concorrência de organizações das juventudes e com construção ampliada com movimentos sociais e coletivos na seleção de propostas artísticas.

Garantir recursos do fundo de cultura de forma descentralizada para os grupos culturais das juventudes, nas regionais, contemplando a diversidade cultural da cidade.



Políticas de Igualdade Racial

7

Políticas de Igualdade Racial

Em tempos de intolerância como o que vivemos, o combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação devem ocupar papel de destaque nas políticas públicas, por meio da implementação e ampliação, na esfera municipal, das políticas, programas e ações afirmativas dirigidas à população negra, povos indígenas e comunidades tradicionais, que foram retomadas pelo Governo Lula em 2023. Para tanto, propomos:

Desenvolver programas para a juventude negra que ofereçam oportunidades de esporte, lazer, cultura e formação profissional.

Enfrentar de todas as formas de violência que pesam contra a juventude negra periférica, articulando a promoção das potencialidades locais com mudanças nas políticas de segurança.

Desenvolver programas de educação formal e não formal que promovam a inclusão e diversidade, abordando questões antirracistas; capacitar professores e demais servidores para lidar com questões raciais.

Implementar programas voltados para as forças policiais que atuam presencialmente nas comunidades, com **treinamento sobre preconceito racial e abordagens não violentas**.

Criar programa para cadastrar e identificar imóveis ocupados como espaços das religiões de matriz africana, para **proteger** e promover a **regularização fundiária**.

Executar em caráter prioritário a Regularização Urbanística dos Territórios Quilombolas, avançar nos processos de tombamento e registro enquanto patrimônio material e imaterial, bem como garantir pelas medidas que se fizerem necessárias a salvaguarda das comunidades e de seus modos de vida;

Assegurar aos Povos e Comunidades Tradicionais de Belo Horizonte o Direito à consulta livre, prévia, Informada e de boa fé nos termos da Convenção 169 da OIT, no caso de normas, intervenções, licenciamentos, autorizações ou implementação de empreendimentos públicos ou privados que impactem direta ou indiretamente em seus territórios e modos de vida.

Implantar o Centro de Referência Indígena enquanto espaço de acolhimento, articulação, promovendo iniciativas de acesso a direitos e cidadania para população indígena em Belo Horizonte.



Esportes e Lazer

8

Esportes e Lazer

Belo Horizonte vive o pleno anseio de seus moradores por uma maior qualidade de vida. Porém, os equipamentos existentes estão aquém das necessidades e, assim, propomos:

Elaborar, de forma participativa, o **Plano Municipal de Esporte e Lazer**.

Garantir a manutenção de equipamentos públicos de esporte e lazer como campos de futebol, quadras esportivas, pistas de caminhada e pistas de skate; **implantar novos equipamentos em territórios não atendidos**.

Promover atividades recreativas e esportivas, a partir da demanda das comunidades, priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social.

Fomentar a participação das mulheres no esporte.

Implantar o Programa Municipal Bolsa Atleta, promovendo o incentivo e remuneração de atletas e para-atletas de alto rendimento viabilizando sua dedicação ao treino e prática desportiva com foco na participação em competições municipais, estaduais e nacionais e internacionais de sua modalidade.



Políticas Culturais



Políticas Culturais

O fomento da cultura como direito humano fundamental é caminho seguro para o respeito à diversidade cultural e racial e para a promoção da cultura da paz, livre de preconceitos e ódios em tempos sombrios, como os que vivemos. Portanto, nosso desafio é tornar Belo Horizonte cada vez mais uma cidade da diversidade, de cultura cosmopolita, de aparelhos culturais descentralizados e em rede por todos os territórios, que cultive a ocupação livre e democrática de suas praças e lugares públicos, por meios da implementação das seguintes propostas:

Ampliar o orçamento da Cultura para, no mínimo, 2% do orçamento municipal.

Fortalecer e ampliar o Fundo Municipal de Cultura, garantindo sempre um equilíbrio orçamentário entre o financiamento do Fundo e os recursos de incentivo via renúncia fiscal.

Revitalizar e garantir condições adequadas de funcionamento (pessoal, equipamentos e horário de funcionamento) para os **Centros Culturais** da cidade, para o cumprimento efetivo do objetivo de descentralizar e democratizar a produção e o acesso às diversas expressões culturais em todas as regiões da cidade.

Fortalecer a rede de Centros Culturais e teatros públicos e ampliar a programação local e gratuita.

Fortalecer o projeto da **Escola Livre de Artes - ARENA DA CULTURA**, ampliando as atividades ofertadas nos Centros Culturais e nos bairros da cidade.

Desenvolver políticas setoriais para artes, teatro, dança, circo, música, literatura, audiovisual, artes plásticas etc., priorizando as periferias, a partir das demandas específicas de cada linguagem ou território.

Fortalecer a Política Municipal "Cultura Viva", com a certificação como Pontos de Cultura de novos coletivos culturais, fortalecendo a articulação em rede das iniciativas culturais de base comunitária e incluindo os blocos de carnaval que se mantêm em atividade durante o ano, realizando projetos de natureza sociocultural.

Consolidar o dinamismo e o potencial do setor cultural em Belo Horizonte, fortalecendo a fruição, a descentralização, o financiamento das atividades culturais e investimentos na infraestrutura e modernização dos espaços públicos culturais.

Fazer a gestão do Carnaval com foco na valorização das manifestações culturais, com a participação das coordenações de blocos diversos, escolas de samba, setor privado e agentes culturais.

Fomentar a cultura do carnaval o ano inteiro, investindo em ações continuadas, barracões, sedes e espaços comunitários.

Implementar um programa de **incentivo ao HipHop**, com a desburocratização dos licenciamentos e maior investimento em batalhas de rimas, saraus e slams.

Fomentar as políticas públicas para os quilombos, mestres e mestras da cultura popular e demais ações de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio imaterial da cidade.

Desenvolver ações de **fomento à arte e cultura LGBTQIAPN+**.

Criar políticas transversais para a cultura junto à educação, saúde, meio ambiente, assistência social, segurança pública e outras áreas da administração pública; mantendo compromisso com a participação social.

Valorizar e fomentar as rodas de samba com o objetivo de fomentar a **economia criativa de gênero nos territórios**.

Criação da Orquestra Municipal de Belo Horizonte e de estrutura de ensino e aprendizado contínuo de música.

Garantir espaços nas agendas dos centros culturais para os artistas do Hip Hop, oficinas de aprendizado/formativas, visando qualificação para concorrer em editais e a inserção na cadeia produtiva da arte.



Políticas para Saúde

Pioneira na universalização dos serviços de saúde no Brasil, BH tem um SUS potente, cujos principais programas foram implementados nos governos democráticos e populares da cidade, desde a década de 1990, como os de Atenção Primária em Saúde (APS), o SAMU, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e os sistemas de regulação (centrais de consultas e internação), entre outros. No entanto, registram-se hoje graves problemas, como a precária da participação popular e dos trabalhadores no SUS-BH e a perda de foco na atenção primária, na urgência e nas especialidades, bem como na integração com outras políticas públicas vitais para a saúde. Para tanto, são propostas do Programa BH da Esperança:

Ampliar o acesso e a qualidade no SUS-BH, principalmente através de:

- agendamentos de consultas e exames por aplicativos;
- garantia de atendimento durante todo o horário de funcionamento dos Centros de Saúde;
- ampliação do atendimento de Saúde da Família, respeitando uma equipe para cada 2 mil habitantes, com as consequentes ampliações necessárias das equipes multidisciplinares (Programa eMulti), equipes de Saúde Bucal e Centros de Saúde;
- garantia de que as equipes multidisciplinares (eMulti) tenham psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas, Assistentes Sociais, Terapeutas Ocupacionais e farmacêuticos;
- Passe livre no transporte coletivo para pessoas

carentes (CAD-único) acessarem consultas e exames especializados, inclusive para reabilitação;

- ampliação das Academias da Cidade, garantindo acesso em tempo oportuno (no momento, há filas);

- redução da mortalidade materna e da mortalidade infantil (que voltou a superar a marca de 10 por mil);

- promoção de ações específicas para os diferentes ciclos de vida das meninas e mulheres, incluindo novo modelo de atenção obstétrica e neonatal a assistência ao planejamento reprodutivo;

- e garantia das vacinas previstas no Programa Nacional de Imunização com carácter obrigatório, conforme preconizado no Estatuto da Criança e Adolescente e na legislação municipal, bem como dos índices de cobertura vacinal previstos pelo Ministério da Saúde.

Reduzir as filas com mais ciência, tecnologia e especialistas, por meio de um conjunto de iniciativas, como:

- implantação do Programa Mais Acesso ao Especialista do Governo Federal, para enfrentar as filas de consultas, exames e cirurgias, com transparência;

- Tele consultas para a população e tele consultorias para suporte e educação permanente dos profissionais;

- ampliação dos serviços de reabilitação para garantia do cuidado em tempo oportuno;

- Construção da nova UPA Noroeste (na área do antigo Aeroporto Carlos Prates);

- ampliação de 400 leitos hospitalares, em parceria com Hospitais Filantrópicos totalmente SUS;

- Ultra Som à beira leito nas UPAs, para evitar internações e melhorar qualidade do cuidado; Ultra Som nos Centros de Saúde;

- todos os CS com profissionais habilitados a inserir DIU;

- e Ampliação de vagas nas residências médicas e multiprofissionais: foco nas estratégias Medicina de Família e Comunidade, Psiquiatria e Ortopedia;

- Todas as unidades de saúde como “unidades escola”.

Garantir equidade no SUS-BH com cuidado para quem mais precisa, com as seguintes medidas:

- avançar nos cuidados às pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidades (população LGBT, população negra, pessoas em situação de rua, indígenas, vilas e favelas);
- qualificar a saúde mental, avançando no modelo da reforma psiquiátrica antimanicomial,
- e cuidar da juventude, em especial nas periferias, com ampliação do programa Arte na Saúde.

Humanizar o SUS-BH com democracia e participação popular, implementando:

- Territórios da Cidadania, que integrem todas as políticas públicas de Saúde, Educação, Assistência Social, Mobilidade, Meio Ambiente e moradia a partir do território;
- Gestão democrática: todas as unidades com colegiado gestor;
- cuidando de quem cuida, valorizando os profissionais de saúde e educação permanente;
- Saúde da trabalhadora e do trabalhador;
- e valorizando e respeitando os Conselhos de Saúde.

Implantar o **Programa Uma Só Saúde** para todos os seres vivos, com as seguintes ações:

- vigilância em saúde de forma participativa e intersetorial, estratificando os riscos para cuidar de quem mais precisa para o controle de zoonoses e manejo de cães, gatos e demais animais;
- intensificar ações de prevenção à dengue, zika e chikungunya cuidando das praças, ruas e beiras de córrego, e mobilizando a população para o cuidado dos quintais, e ampliar vacinação contra a dengue em parceria com o Governo Lula;
- ampliar o cuidado à saúde animal, inclusive com

convênios do SUS-BH com faculdades de medicina veterinária e ONGs protetoras de animais;

- implantar as Práticas Integrativas e Comunitárias de Saúde - PICS, valorizando os saberes populares, e de forma integrada com as melhores evidências científicas;

- e abrir a Farmácia Viva e garantir fitoterápicos nas farmácias em todos os Centros de Saúde.

Desenvolver ações, na **Saúde Suplementar**, junto às operadoras de planos de saúde, para a melhoria da qualidade do atendimento, combate à mortalidade materna, combate às epidemias e atendimento às urgências e emergências, dentre outras.